



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570464 - RJ (2020/0079343-1)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : HENRIQUE SANTOS CERQUEIRA
ADVOGADO : HENRIQUE SANTOS CERQUEIRA - RJ138841
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : GLEICKY DE SOUZA DA SILVA LESSA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de GLEICKY DE SOUZA DA SILVA LESSA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (HC n. 0004238-62.2020.8.19.0000).

Segundo consta dos autos, o paciente foi preso cautelarmente no dia **17/4/2019**, pela suposta prática do delito tipificado no art. 33, da Lei n. 11.343/2006, porque teria fornecido à corré **3.552,84g de cocaína** (e-STJ fl. 27).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* na Corte estadual alegando, em síntese, excesso de prazo e desnecessidade da segregação cautelar. O Tribunal *a quo* contudo, denegou a ordem, em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 65):

HABEAS CORPUS. ARTIGO 33, CAPUT, DA LEI 11.343/06. PLEITEIA O IMPETRANTE O RELAXAMENTO DA PRISÃO PREVENTIVA DO PACIENTE, SUSTENTANDO EXCESSO DE PRAZO, ALÉM DE SER POSSUIDOR DE CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS, DESNECESSIDADE E DESPROPORCIONALIDADE DA MEDIDA EXTREMA. Informações prestadas, noticiando o cumprimento da prisão preventiva do paciente em 17/04/2019, o andamento processual regular do feito e indeferimento dos pleitos libertários formulados pela defesa. Por fim, comunica a determinação da devolução da carta precatória expedida. Consta do sistema informatizado deste Tribunal de Justiça, o encaminhamento do feito ao Ministério Público em 02/03/2020. Feito com tramitação regular, ausente inércia ou desídia do Juízo dito coator. O excesso de prazo não se mostra configurado, devendo ser analisado diante de hipóteses excepcionais e poderá ser superado, respeitado o princípio da razoabilidade. Somente será considerado ilegal, quando injustificado e resultante de negligência, displicência ou erro do juízo de piso, o que não se observa “in casu”. Decisão devidamente fundamentada, objetivando acautelar-se o meio social e a própria credibilidade da justiça, garantindo-se, assim, ordem pública, a conveniência da instrução criminal e a aplicação da lei penal, na forma dos artigos 312 e 313, I do Código de Processo Penal. Ausente qualquer ilegalidade a ser sanada no ‘decisum a quo’ por ser gravíssimo o crime imputado ao paciente, com pena máxima de reclusão superior a quatro anos,

descabendo ainda, a aplicação do artigo 319 pelos mesmos motivos. Verifica-se que, ao contrário do sustentado pela defesa, motivos subsistem para que se mantenha a custódia, e, em que pese ser a constrição da liberdade a última “ratio”, deve ela ser conservada quando as medidas cautelares diversas da prisão não se mostrarem adequadas ou suficientes para coibir o cometimento de novos crimes ou para resguardar a ação penal. Direito a liberdade que não representa preceito absoluto. As alegadas condições pessoais favoráveis, não se mostram obstáculo à constrição cautelar, desde que presentes os pressupostos e condições previstas na norma. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.

Na presente oportunidade, a defesa alega que o paciente está segregado desde o dia 17/4/2019, tratando-se de ação penal simples, com um único acusado, expedida duas cartas precatórias para a oitiva de uma testemunha que não foi encontrada nas duas oportunidades. Dessa forma, aduz não se justificar uma prisão que perdura por quase um ano, caracterizando, assim, o excesso de prazo.

Em complemento, menciona que o paciente é primário, com bons antecedentes, residência fixa e ocupação lícita, de forma que a medida se mostra desproporcional em relação à eventual pena a ser imposta em sentença condenatória.

Diante disso, pleiteia, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão do paciente, sob imposição de medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

No caso, ao que parece, o Tribunal de origem entendeu não haver demora injustificada, como se extrai dos seguintes trechos do acórdão (e-STJ fl. 21):

[...]

Trata-se de feito com tramitação regular, ausente inércia ou desídia do Juízo dito coator.

Nesse prisma, o excesso de prazo não se mostra configurado, devendo ser analisado diante de hipóteses excepcionais poderá ser superado, respeitado o princípio da razoabilidade. Somente será considerado ilegal, quando injustificado e resultante de negligência, displicência ou erro do juízo de piso, o que não se observa “in casu”.

Com efeito, eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos

princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional, o que não se verifica no caso em exame.

Recorde-se que o paciente, **após escutas telefônicas com autorização judicial, foi flagrado com 3.552,84g de cocaína**, quantidade expressiva de droga de alto poder viciante, que demonstra, a princípio, um maior envolvimento com o mundo do crime.

No caso vertente, não obstante os fundamentos apresentados na inicial, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do pedido.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar. **Recomendo**, entretanto, ao Juízo processante, que revise a necessidade da manutenção da prisão, nos termos do que determina o art. 316 do Código de Processo Penal, com as alterações promovidas pela Lei n. 13.964/2019.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca
Relator